

Reflexões sobre as manifestações e o Direito à Cidade: a utilização de novas ferramentas em arquitetura e urbanismo para recuperar a participação nas cidades

Área Temática: Gestão de Projetos Sociais e Solidários

Mehdi Agrebi¹, Miguel Bustamante F. Nazareth²

¹*Université de Technologie de Compiègne - UTC – França; Observatório das Metrôpoles; Programa de Engenharia Urbana da UFRJ – Rio de Janeiro, RJ – mehdi.agrebi@poli.ufrj.br*

²*Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Rio de Janeiro, RJ – mg_bustamante@poli.ufrj.br*

Resumo

No contexto das recentes manifestações que ocorrem no Brasil, o presente artigo procura levantar as seguintes questões para debate: Quais foram as principais motivações para o início da insatisfação presente nos movimentos populares? Como as manifestações exigem a satisfação do Direito à Cidade? De onde surgiram as políticas urbanas vigentes e que projeto de cidade elas propõem? Em que contexto surgiram os conceitos de arquitetura e urbanismo participativos e como eles pretendem a adequação das políticas urbanas ao contexto local? Em que lugares estes novos conceitos podem ser usados para aumentar o bem-estar urbano e aumentar a participação dos cidadãos em seu ambiente próximo?

O objetivo deste artigo é relacionar a crescente insatisfação popular com as políticas urbanas globalizadas que tratam a dimensão socioambiental como secundária, o habitat como produto e a cidade como empresa, e apresentar novas visões que promovem a quebra deste paradigma vigente. Finalmente, propõe-se a utilização dos métodos e ferramentas em arquitetura e urbanismo participativos para o ecodesenvolvimento local de assentamentos populares.

Palavras-chaves: Manifestações Populares; Megaeventos; Direito à Cidade; Habitat Comunitário; Arquitetura e Urbanismo Participativos.

1 Introdução

Tendo em vista os Megaeventos, o projeto de cidade em vigor no Rio de Janeiro promove uma “limpeza urbana” caracterizada pela capitalização de zonas da cidade. Esta última, por meio de grandes empreendimentos, se converte em especulação imobiliária e conseqüente aumento nos custos de vida, o que culmina na expulsão das populações mais pobres. Esse processo de gentrificação é uma conseqüência da amálgama social dessas políticas urbanas, que não levam em conta as dimensões sociais, culturais e ambientais do espaço urbano.

As violentas decisões do Estado que dizem respeito à planificação urbana, com uso de grandes recursos públicos em obras de infraestrutura, não apresentaram melhorias visíveis no cotidiano dos cidadãos. Ao contrário, perdas de identidade cultural, injustiças socioeconômicas e a falta de políticas participativas, propiciaram o nascimento de outras perspectivas de cidade, na qual o cidadão desempenha papel protagonista nas mudanças

urbanas.

A preparação para os grandes eventos provocaram a amplificação destes efeitos e, na medida em que as transformações urbanas não respeitaram as peculiaridades locais, evidenciaram o interesse maior das políticas oriundas da intensa capitalização das cidades: o retorno financeiro dos investimentos das parcerias público-privadas, ao invés do interesse em legado social.

Nesse contexto, as manifestações surgiram após o anúncio do acréscimo de vinte centavos na tarifa da passagem de ônibus, serviço essencial à vida urbana e entregue aos interesses de empresas privadas. No entanto, o descontentamento não se limitava somente ao transporte, e o movimento rapidamente ganhou pautas que discutem o projeto de cidade implementado.

O interesse deste artigo é de tratar, por um lado, da globalização das políticas urbanas nas metrópoles contemporâneas capitalistas, investigando o nascimento do recente movimento de massas pela ótica do Direito à Cidade e, por outro lado, apresentando práticas em arquitetura e urbanismo participativos, surgidas na Europa e nos Estados Unidos, em rejeito a essas mesmas políticas que restringem a participação cidadã.

Enfim, propomos a aplicação destas novas práticas na Vila Residencial da UFRJ, comunidade que sofre recentes pressões socioeconômicas devido à reurbanização e a requalificação do espaço, elevado de favela à bairro. O caso da Vila pode se apresentar como um caso de estudo na avaliação das políticas tradicionais de reurbanização de favelas, com atenção especial às dinâmicas populacionais subsequentes.

2 Metodologia

Em primeiro lugar, analisaremos nossas percepções das manifestações populares, pela ótica da vida urbana, evidenciando um grito pela participação nas decisões da cidade. Em seguida, buscamos seus motivos na medida em que as políticas públicas tradicionais inibem o Direito à Cidade e, por fim, apresentaremos conceitos de arquitetura e urbanismo participativos que buscam a reintegração deste direito. Concluímos com algumas questões levantadas para uma eventual aplicação dos conceitos apresentados na Vila Residencial da UFRJ.

2.1 Percepções das manifestações populares

As manifestações contra o aumento do preço do transporte e o gasto de dinheiro público nos grandes eventos esportivos se expandiram em todo o país.

Os protestos, que começaram com a questão específica dos transportes públicos, têm como plano de fundo um processo que transforma as cidades brasileiras, principalmente aquelas que sediarão a Copa do Mundo, em um lugar cada vez mais submetido ao aumento do custo da vida dos seus habitantes. Em 2009, segundo o IBGE, as famílias brasileiras já gastavam praticamente o mesmo valor com transporte e alimentação: 16% da despesa média mensal, abaixo somente do gasto com habitação, de 29,2%.

As grandes cidades brasileiras estão se tornando um lugar onde o negócio imobiliário está crescendo, expulsando os pobres e ameaçando a identidade urbana. A organização dos megaeventos esportivos foi um catalizador dessas políticas urbanas autoritárias. Em

2012, já haviam sido realizadas várias manifestações no Rio de Janeiro contra a privatização do Maracanã, a destruição do centro histórico indígena, Aldeia Maracanã, e a demolição da Escola Friedenreich. Estes protestos foram imediatamente desqualificados e denigrados pela imprensa, não sendo considerados pelos políticos no poder e reprimidos pela polícia. A desocupação da Aldeia Maracanã, no dia 22 de março de 2013, foi feita de uma maneira violenta evidenciando ao autismo do poder político, que não buscou entender as verdadeiras razões do movimento dos jovens que a ocuparam. Assim, continuou-se uma política de repressão contra os mesmos jovens, quando estes saíram às ruas protestando o aumento do preço do ônibus no primeiro ato e foram violentamente reprimidos, no dia 10 de junho de 2013.

Além desses movimentos, o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas vem nos alertando, desde o lançamento de seu primeiro dossiê de violação dos direitos humanos, que o Rio de Janeiro está passando por um perverso processo de realocação dos pobres na cidade, uma tentativa de invisibilizá-los: “Cerca de três mil famílias situadas na cidade do Rio de Janeiro já foram removidas e outras oito mil estão ameaçadas. A justificativa, na maior parte das vezes, é a localização destas comunidades em áreas de interesse da prefeitura e do governo do estado para o projeto da Copa e das Olimpíadas, como as destinadas à construção do estacionamento para o estádio do Maracanã, às obras viárias com faixas segregadas para o BRT , e ao Porto Maravilha no centro da cidade, entre outras.”. Na visão de uma parte da população, a preparação a esses eventos é considerada como um pretexto para a limpeza social e elitização das cidades.

Este rápido panorama justifica, o que afirmou Daniel Cassol, jornalista de Brasil de Fato : “o que está em questão nessas manifestações é a transformação das cidades imposta pelas autoridades”. Um caso que ilustra o “deixe estar” das autoridades públicas, na escala da cidade, para o interesse dos investidores privados nesses grandes eventos, foi a tentativa de proibição da venda de acarajé, patrimônio imaterial da Bahia, em um raio de até dois quilômetros partindo da Arena Fonte Nova, estádio que vai abrigar os jogos das Copas das Confederações e do Mundo.

A professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Raquel Rolnik, afirmou sobre as manifestações : “esse movimento, ou uma parte importante dele, é pelo direito à cidade. Na hora em que a pauta e a agenda dos protestos visam não apenas o valor da tarifa e a qualidade dos transportes, mas também saúde, educação e Copa do Mundo, o que temos é uma discussão sobre o modelo de cidade em que vivemos e o modelo de cidade que queremos... Entre as promessas da Constituinte, estava a ideia de uma democracia direta. Isso chegou a ser ensaiado em algumas cidades brasileiras ao longo dos anos 80 e início dos anos 90. Mas, na hora que apareceu muito dinheiro na jogada, proveniente do desenvolvimento econômico, essa pauta foi totalmente abandonada”.

2.2 Direito à cidade nas metrópoles contemporâneas

A política urbana do Rio de Janeiro, não pode ser considerada como urbanismo sustentável, pois a preparação para os grandes eventos não foi aproveitada para promover a cidade do futuro, ecologicamente eficiente e socialmente justa.

Para justificar essa afirmação não precisamos de extensas análises e estudos, é suficiente se lembrar das regras fundamentais do desenvolvimento sustentável para entendermos

que existe um desequilíbrio entre o que está sendo feito e o que deveria que ser feito para alcançarmos uma planificação urbana eficiente a longo prazo e uma gestão urbana consciente a curto prazo. Nesse artigo, quando falarmos de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade das cidades ou ecologia urbana, nós incluímos nessa definição os seguintes conceitos:

1) O Relatório Brundtland (ONU, 1987) definiu o desenvolvimento sustentável como "desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras". O desenvolvimento sustentável deve ser economicamente eficiente, socialmente justo e ambientalmente aceitável. O social deve ser um objetivo, a economia um meio, e o ambiente uma condição.

Além destas dimensões, conhecidas como “3P” (People, Planet, Profit), incluímos uma dimensão essencial para a definição e implementação de políticas e ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável: a governança. A governança envolve a participação de todos os interessados (cidadãos, empresas, associações, políticos, etc.) na tomada de decisões e é, portanto, um estímulo à democracia participativa. O desenvolvimento sustentável não é um estado estático de harmonia, mas sim um processo de mudança no qual a exploração dos recursos naturais, a escolha dos investimentos e a orientação das mudanças tecnológicas e institucionais são feitas tanto de acordo com o futuro almejado como com as necessidades do presente. A governança deve ser considerada de grande importância na escala da cidade, principalmente no estabelecimento das políticas urbanas.

2) Segundo Dias (2006), na década de 80, temos dentro do debate da sustentabilidade a participação do pesquisador Ignacy Sachs que contribui com a introdução do conceito de ecodesenvolvimento. Assim, busca-se um crescimento que não seja selvagem e não traga grandes externalidades negativas, baseando a sustentabilidade em cinco dimensões:

- Social: fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de desequilíbrio social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta;
- Ambiental: com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos);
- Territorial: relacionado a distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
- Econômico: sendo a viabilidade econômica condição “sine qua non” para que as coisas aconteçam;
- Político: a governança democrática é um fundador e instrumento necessário para se fazer as coisas acontecerem, a liberdade faz toda diferença (SACHS, 2004).

Interessante observar que há um avanço no que diz a respeito da abrangência da conceituação de sustentabilidade a partir das dimensões apresentadas por Sachs.

Tendo em vista essas reflexões, como fazer com que estas regras se tornem predominantes no processo de desenvolvimento urbano?

O desenvolvimento sustentável parece o caminho ser seguido pelo urbanismo e crescimento das cidades. Contudo essa ideologia encontra dificuldades para se tornar predominante. A exceção de algumas cidades, geralmente situadas nos países mais desenvolvidos, esse processo de desenvolvimento ambiental ainda não foi efetivamente

iniciado, permanecendo nas esferas da comunicação política ou do debate público. No mundo inteiro, a questão da sustentabilidade dos ecossistemas urbanos está presente, mas as ações para a mudança radical de visão do urbanismo encontram dificuldades para serem concretizadas. Na visão predominante de ecologia urbana, as estruturas são vistas pontualmente e não integradas em uma complexa rede de parâmetros que deveria ser tratada de maneira global para que haja uma mudança significativa do funcionamento da cidade. Por que o desenvolvimento ambiental das cidades está limitado a uma parte do mundo? Por que as estratégias de desenvolvimento ecológico ficaram limitadas?

As estratégias que deveriam ser aplicadas precisam ser pensadas a longo prazo, com base em: um novo modo de consumo na cidade e uma modificação radical da organização da vida cotidiana (mobilidade sustentável, densidade urbana, controle do consumo energético, gestão dos impactos nos ecossistemas urbanos, etc.). Para entender o porquê destas noções, indispensáveis para o futuro das cidades e que não se aplicam de modo geral no Brasil, devemos entender a origem dos processos de desenvolvimento urbano na história contemporânea.

Ao estudarmos a história do urbanismo contemporâneo, percebemos a relação direta entre “urbanismo” e “capital”. Sem conhecer a interação entre os dois, não podemos entender por que o conceito de “eco-metrópole” encontra dificuldades para ser difundido a todas as grandes cidades. A partir da época de Haussmann (prefeito parisiense no período Bonapartista), o urbanismo começou a ser utilizado como uma estratégia de gestão dos fluxos de capital. Paris era uma cidade insalubre, insegura e com vários problemas organizacionais que tiveram repercussões na saúde pública, suscitando riscos de revolta da população pobre. Em 1853, Haussmann começou um grande programa de reestruturação urbana, um dos maiores na história do urbanismo. O poder político buscava resolver o problema do desemprego em massa de Paris com o investimento em grandes obras públicas apoiadas pelo movimento higienista da época e pela burguesia parisiense, que imaginava uma nova Paris. Importantes reformas estruturais foram adotadas, e novas instituições financeiras e instrumentos de crédito foram criadas para reconstruir a cidade. Este sistema funcionou perfeitamente, e Paris construiu uma moderna rede de esgotos e promoveu a limpeza de ruas, a iluminação urbana e uma rede viária eficiente. Paris virou a “cidade luz”, centro de consumo e de turismo mundial. Mas essas mudanças radicais que remodelaram a cidade e mudaram o estilo de vida parisiense tinham um motivo: o interesse público e privado a favor do desenvolvimento do capital investido e, portanto, das classes superiores. Os habitantes mais pobres foram removidos para fora da cidade ou para os subúrbios, sob controle do Estado e com fácil acesso para a polícia, graças à abertura de grandes avenidas. Paris foi a primeira capital a priorizar a gestão dos fluxos de capital utilizando o urbanismo como ferramenta, e Haussmann foi o primeiro urbanista-banqueiro-político deste novo processo de desenvolvimento urbano. Esse modo de pensar o urbanismo conseguiu realizar uma “limpeza social” que reforçou a desigualdade e as injustiças econômicas. A população que, de certa forma, “perdeu” a sua cidade, devido às remoções ou pela transformação radical do cotidiano, não se reconheceu naquela nova vida urbana imposta pelo poder público. Há evidências históricas de que o surgimento do movimento revolucionário da “Comuna de Paris”, em 1870, tinha como propósito recuperar a vida urbana para a população, que viu suas condições de vida se degradarem após os investimentos faraônicos em novas infraestruturas urbanas (LEFEBVRE, 1968).

Mais recentemente, Nova Iorque foi um exemplo do mesmo sistema, onde os interesses privados (e públicos-privados) guiaram a urbanização da cidade graças à política do prefeito Michael Bloomberg (empresário, político e o fundador da empresa de serviços e informações financeiras Bloomberg L.P. e atual chefe do governo municipal pelo Partido Republicano). Nova Iorque virou uma cidade de grandes empresas, de alta qualidade de vida e cara. As reformas urbanas foram realizadas pensando-se na gestão financeira, e a cidade se tornou lucrativa com importante geração de receitas.

Nos casos de Paris e Nova Iorque, foram principalmente estruturas e estratégias de gestão de capital, que influenciaram diretamente a urbanização das cidades. Hoje, o mesmo sistema prevalece em todas as grandes metrópoles desenvolvidas ou em desenvolvimento (Rio de Janeiro, São Paulo, Hong Kong, Dubai, Delhi, Seoul, Mumbai, etc.). Cada grande investimento feito na escala da cidade é pensado de maneira que o retorno sob investimento seja eficaz e rápido, sem considerar primordialmente as questões ambientais e sociais. É por esta razão que, por exemplo, a especulação imobiliária está evoluindo em todas as grandes cidades do mundo e, em paralelo, se reforçam as desigualdades sociais, as remoções e os impactos nos ecossistemas urbanos, especialmente nos chamados países do sul. Mesmo se em cidades como Paris, Nova Iorque, Londres, Dubai, Doha, não existam desastres ambientais, a globalização desse sistema teve efeitos perversos em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Pequim, Mexico, Delhi, dentre outras (HARVEY, 2011).

Existem casos que representam um exemplo a ser seguido de estratégias para o desenvolvimento sustentável no processo urbano, são os das cidades que começaram um processo em busca da sustentabilidade e de melhores condições de vida. É o caso de Amsterdã, também Estocolmo, Hamburgo e Copenhagen. Estas cidades estão no centro do sistema econômico europeu e conseguiram integrar o desenvolvimento sustentável com a gestão dos fluxos de capital. Elas representam um modelo em termos de ecologia urbana e oferecem um dos melhores níveis de qualidade de vida para seus habitantes. Mas quem pode viver em Amsterdã sem dificuldades financeiras? A maioria da população não possui estas dificuldades. Sendo assim, a seguinte pergunta deve ser analisada: a metrópole sustentável é um espaço dedicado às classes sociais mais altas?

As cidades devem cada vez mais conciliar dois componentes a priori contraditórios da transformação de sua paisagem. Por um lado, o ambiente construído é uma classe de ativos financeiros (títulos corporativos, títulos estaduais, produtos derivados, etc.) permitindo diversificar a cartela de investidores. Submetidas à mobilidade do capital, as cidades não têm escolha além de oferecer um clima de investimento atraente para os investidores atuantes no mercado imobiliário e no financiamento de infraestruturas, promovendo a competitividade por meio da financeirização do solo. Por outro lado, a produção urbana também é marcada pelos princípios do desenvolvimento sustentável. Nesta perspectiva, a sustentabilidade urbana foi concebida a partir da consideração global da organização socioeconômica e ambiental e as políticas urbanas deveriam ter como prioridade a redução das externalidades negativas da transformação da paisagem urbana (THEURILLAT, 2009).

Lembrando que o tema do artigo envolve a mudança de transformação de um urbanismo capitalista contemporâneo para um urbanismo mais humano e participativo, usaremos como base os locais mais afetados por esse mesmo sistema por diversos motivos, e não

somente pela degradação da qualidade de vida nestas áreas. Por se tratarem de locais em que o braço político do estado não foi historicamente muito presente, estas áreas preservaram a sua cultura local de interação social, vida comunitária e morfologia urbana.

Nesse contexto, as UPP's (Unidade de Polícia Pacificadora) se apresentam como a ocupação territorial do Estado, abrindo as portas para investimentos públicos e/ou privados. Em 19 de dezembro de 2008, entre as escolhas da sede da Copa e das Olimpíadas, foi instalada a primeira UPP, no morro Santa Marta. A exposição midiática obtida com os megaeventos é um fator determinante para as intensas mudanças urbanas que estão ocorrendo. Além da infraestrutura dedicada ao esporte (assunto que deveria ser predominante na preparação desses eventos esportivos) a cidade teria que buscar soluções para problemas históricos que atravessam décadas de urbanização. As entidades internacionais que selecionam as cidades-sede exigem uma série de aparatos e equipamentos urbanos em falta. Porém, os assuntos que mais repercutiram na sociedade civil, foram: a implantação e as consequências das UPP's, as remoções provocadas por obras de infraestrutura e mobilidade urbana e o projeto Morar Carioca. Focando neste último, a Autoridade Pública Olímpica - "Cidade Olímpica" -, define-o assim: "Criado em 2010, o programa Morar Carioca representa uma revolução social para o Rio. Seu objetivo é reurbanizar e integrar socialmente, até o ano de 2020, todas as comunidades da cidade. Para isso, conta com um investimento de R\$ 8 bilhões em investimentos que contemplam as áreas de infraestrutura, paisagismo, lazer e moradia. Atualmente o programa está presente em 55 comunidades, gerando conforto e dignidade para mais de 200 mil pessoas."

O projeto Morar Carioca tem como slogan "uma cidade para todos" e, segundo a prefeitura, visa integrar os bairros formais e informais do Rio de Janeiro.

Tendo em vista os novos prédios em construção e as novas infraestruturas urbanas, uma pergunta simples deve ser feita: "uma nova população substituirá a população histórica da favela?". A resposta é difícil, pois a situação futura é de fato ignorada. Como será a paisagem social nessas favelas daqui a alguns anos, depois da renovação integral do território? É essa pergunta que vamos tentar responder.

Como o tema é complicado e depende de um número importante de parâmetros referentes às dinâmicas socioeconômicas, culturais e de desenvolvimento dos territórios, outras perguntas podem ser levantadas: a população da favela é suficientemente organizada para preservar e salvar os seus direitos? Ela tem consciência sobre o valor do solo? Tem consciência do valor de mercado desses imóveis? Entende as transições imobiliárias? Até que ponto uma comunidade pode lutar contra os mecanismos do mercado imobiliário em uma cidade capitalista, sendo esta completamente financeirizada?

Novas infraestruturas e prédios habitacionais de alta densidade, estão substituindo casas familiares em estado considerado pelas próprias autoridades como degradado. É evidente que destruir habitações degradadas e trocá-las por um prédio em perfeito estado de funcionamento para melhorar a qualidade de vida destas famílias é um ponto positivo. Para quem mora em condições precárias, é a chance de ter acesso a um apartamento com boas condições de higiene. Porém, um ponto pode ser debatido no caso deste tipo de intervenção, além das questões econômicas e as perguntas sobre a manutenção da população histórica do morro. Este se refere às questões arquitetônica, habitacional e à

identidade do lugar. Esta reflexão pode parecer de segunda importância devido ao caráter emergencial da renovação urbana em grande parte das favelas, mas vamos tentar desenvolver o assunto de habitat e de identidade da cidade.

O exemplo preciso do Morar Carioca é a ilustração do que foi feito desde o crescimento do urbanismo no movimento moderno: conceber o habitat seguindo as normas de industrialização da cidade, onde prédios dentro da lógica de redução dos custos de construção e concepção predominam. Este foi o caso da política urbana francesa nos subúrbios das grandes cidades para responder à crise habitacional, marcada pelo crescimento demográfico, o êxodo rural e a imigração. O resultado dessa industrialização arquitetônica não foi de sucesso. Ao contrário, nesses territórios industrializados do um ponto de vista urbano, a população não conseguiu se adaptar a esse novo modo de vida, e até hoje são considerados “zonas de grandes dificuldades sociais”. A causa principal? É a perda do sentido de habitar, que era principalmente a participação à vida social. O que caracteriza as favelas cariocas é essa visão de comunidade, de “aldeia urbana”, onde as relações sociais entre moradores são fortes, mesmo com os problemas ambientais, de segurança e de acesso. Agora imaginamos a comunidade “clássica”, marcada por prédios industrializados, que na realidade podem ser implantados da mesma forma em qualquer outro lugar sem considerar a identidade cultural do sítio. Como é a vida urbana nestes territórios? Essa industrialização tenta responder às necessidades de um mercado imobiliário em forte crescimento e permite a esse mercado ter acesso rápido e eficiente às zonas que antigamente não atingia.

Essas grandes readequações programadas gerarão uma mudança profunda da identidade original da cidade do Rio de Janeiro, onde se misturavam favelas, vegetação e bairros nobres. Um mosaico único que gerou conflitos, uniões e fizeram do Rio uma cidade reconhecida por suas interações espaciais e culturais. De fato, estas intervenções urbanas vão gerar uma melhoria de qualidade de vida e renda nas favelas. Essa é uma realidade que ninguém pode negar. Mas as principais perguntas são as seguintes : estas melhorias terão como consequências o aumento do custos de vida? Os moradores antigos terão a capacidade financeira de se manter naquele espaço? A favela irá preservar sua identidade demográfica e cultural?

Em novembro de 2012, a Prefeitura do Rio anunciou que vai encaminhar à Câmara um projeto de reforma do IPTU: apenas 40% dos imóveis residenciais cadastrados pagam o imposto e, com a mudança, esse percentual iria para 97%. Então, os moradores que não puderem pagar o imposto serão forçados a vender o imóvel e mudar para uma área da cidade com piores condições de infraestrutura, ou vão conseguir uma ajuda do governo para se manter no lugar onde morava. O primeiro cenário reflete a realidade da situação e entra em conflito direto com o conceito de Direito à Cidade. Segundo o jornalista do Le Monde Diplomatique, Jacques Denis, entre janeiro de 2008 e julho de 2012 houve, no Rio, um aumento de 380% nos preços de venda de imóveis e de 108% nos de locação. Esse aumento é ainda maior nas favelas próximas aos bairros turísticos por apresentarem uma paisagem valorizada. É o caso do Vidigal, onde um apartamento duplex, estimado em R\$50.000 há um ano, está hoje cerca de R\$250.000, segundo o presidente da associação de moradores.

Novas atividades na favela criam novas funções urbanas, como as visitas turísticas, abertura de albergues, crescimento do número de moradores estrangeiros, etc. O objetivo

de uma parte da população local é de beneficiar-se destas mudanças radicais: como aproveitar ao máximo da valorização desse bairro?

A procura do lucro pelo uso do solo está alinhada com os objetivos sociais do projeto? Considera-se que o acesso à educação, à saúde e a um trabalho estável são os objetivos finais de um projeto social e não a procura ao lucro individual ou comunitário? Existe uma planificação econômica e social em paralelo à implantação de segurança e à revitalização urbana? Quais são os objetivos ao longo prazo desses projetos de revitalização: a implantação de empresas, de escolas e centros de saúde eficientes ou a implantação de uma atividade turística intensa? O crescimento rápido do número de bares, albergues e restaurantes para atrair turistas pode mostrar a tendência de evolução das funções urbanas nas favelas. Para uma cidade como Rio de Janeiro, o turismo pode ser visto como uma atividade de renda estável, graças à imagem da Cidade Maravilhosa no mundo, mas esse setor econômico é na realidade instável quando focamos nos empregos gerados, que dependem das temporadas, dos eventos esportivos e culturais e do contexto diplomático internacional.

Além disso, a favela não pode ser considerada como um sistema urbano isolado do resto da cidade, um território fechado, como era antes das UPP's. Esse tipo de território deve ser analisado como parte integrante de um sistema urbano global. No Rio de Janeiro, dois milhões de pessoas vivem em mais de 900 favelas, e isso significa que o caso do Morar Carioca pode facilmente ser aplicado para outros lugares em eventual metamorfose urbana. Nesse sentido, nós não podemos deixar de lembrar que o mesmo impõe conflitos, como a imposição de um caro padrão de política urbana que inibe o crescimento de formas de participação no desenvolvimento urbano local e a abertura de uma barreira econômica entre dois territórios economicamente desiguais. Analisando o que está acontecendo em favelas como Babilônia, Vidigal, Santa Marta, e se lembrando do que aconteceu nas cidades que sofreram da crise econômica desses últimos anos, podemos encontrar algumas semelhanças. Os países em que a crise econômica foi mais violenta foram aqueles em que a criação de capital fictício pela valorização do solo e das edificações não tinha nem regulação e nem legislação que levavam em consideração a realidade socioeconômica da população (HARVEY, 2011).

Seria o caso do Rio de Janeiro? A resposta é difícil e depende das políticas que vão ser implementadas no futuro próximo, mas não podemos deixar de afirmar que as tendências são alarmantes e risco de fracasso desses investimentos públicos é grande. Um solo que apresenta uma valorização tão grande em pouco tempo não é um sinal de estabilidade econômica nem social. As políticas urbanas aplicadas atualmente podem ser bem planejadas ao longo prazo, promovendo a metamorfose de uma parte da cidade que tende a virar de “alto valor”. Mas esta perspectiva gera uma divisão espacial e social e fortalece as desigualdades (econômicas, sociais e ambientais) entre a Zona Sul/Centro e o resto da cidade (o centro apresentou uma valorização que atinge 400% desde o anúncio da operação Porto Maravilha). Confirmando esse cenário, segundo uma pesquisa feita pela consultoria imobiliária Cushman & Wakefield, o Rio de Janeiro tem o aluguel de escritório mais caro das Américas e o terceiro mais caro do mundo (Londres ocupa a primeira posição, Hong Kong a segunda). Segundo a mesma fonte, os preços no Rio de Janeiro para alugar um escritório giram em torno de 1.343 euros por metro quadrado por ano, equivalente a cerca de 3.514 reais. Esses números, confirmam a intensa metamorfose

da cidade e fortalecem a identidade de cidade capitalista, tabuleiro de um jogo de Banco Imobiliário, sempre na procura de novos espaços para responder às exigências do mercado.

É por esta razão que uma das estratégias a estabelecer para o desenvolvimento urbano, seguindo os conceitos de ecodesenvolvimento apresentados, é de reverter o processo de decisões na política urbana, passando de uma abordagem descendente (chamada top-down) à uma ascendente (chamada bottom-up). Estruturas legislativas precisam organizar esta alternativa de governança a fim de favorecer uma organização que estimule a participação cidadã na política urbana.

2.3 Arquitetura e urbanismo participativos

No contexto atual de crise das cidades, os atores da construção são instigados à conceber a cidade levando em consideração as dimensões econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável. Para cumprir estes objetivos, os modos de promoção do habitat e concepção da cidade se adaptam para alcançar um melhor uso energético e otimizar o uso do espaço urbano. É nesse contexto que os métodos participativos ganham importante papel para o resultado positivo dos projetos urbanos a longo prazo, trazendo melhorias possíveis unicamente com a integração dos principais usuários do espaço: os habitantes.

Recusando a promoção imobiliária tradicional, a autopromoção atrai a atenção daqueles que pensam construir a cidade de outra maneira. É em resposta à falta de modelos construtivos mais adaptados às suas condições financeiras e às necessidades da vida em grupo que diversos coletivos de habitantes europeus se lançam em projetos de habitat comunitário participativo. Os numerosos projetos desse tipo em diversos países (Alemanha, Suíça, Noruega, Canadá, França, etc.) demonstram que habitats realizados de forma participativa desde a concepção conseguem também uma adequação orçamentária, tendo em vista que a matriz de custos é feita pelos futuros habitantes que decidem os eixos principais da promoção de seu habitat.

Em uma escala ainda mais abrangente, os projetos urbanos das administrações públicas também começam a praticar métodos participativos, respondendo de maneira mais precisa às necessidades atuais do cotidiano das cidades. As ferramentas em urbanismo participativo promovem a participação ativa em projetos urbanos dos seus beneficiários finais, não sendo restritos somente aos habitantes mas também à todos os usuários do sítio em questão. Nesse contexto, o método do “Community Planning” (HAUPTMANN e WATES, 2010) reúne experiências realizadas nos Estados-Unidos, Grã-Bretanha e na França com o objetivo de criar um método prático de integrar os cidadãos nos processos de concepção das cidades com o propósito de adequar os projetos urbanos ao contexto local.

Nesse sentido, tendo em vista as capacidades de adequação aos diferentes contextos e por se basear em um desenvolvimento local que respeita os três principais pilares do desenvolvimento sustentável, propõe-se a abertura destes conceitos e ferramentas de arquitetura e urbanismo participativos a favor do desenvolvimento local de comunidades carentes do Rio de Janeiro, notadamente as favelas assim como outras comunidades onde o braço administrativo do estado é ausente. Ainda, o atual planejamento urbano realizado em colaboração pelas três instâncias do governo no contexto da Copa do Mundo de 2014

e das Olimpíadas de 2016, financiados basicamente por parcerias público-privadas, agrava as desigualdades promovidas por uma política urbana globalizada e faz com que as populações economicamente mais frágeis tenham cada vez menos espaço, tendo em vista a intensa capitalização da cidade.

Enfim, apresentaremos os conceitos e ferramentas em arquitetura e urbanismo participativos buscando, em seguida, uma aplicação dos mesmos em um caso de estudo na Vila Residencial da UFRJ.

2.3.1 Arquitetura participativa

O habitat comunitário é uma das consequências da vida em sociedade e tem suas razões funcionais, tais como a precaução contra o perigo, a facilitação das trocas e a mutualização dos meios. Mesmo se as formas do habitat continuam a evoluir, o ser humano sempre buscou o compartilhamento de espaços e equipamentos para facilitar sua existência. Assim, a evolução da vida em grupo se deu nas seguintes formas:

O habitat comunitário existe desde a idade da pedra, em que o homem era forçado à viver em grupos para se proteger dos perigos e catástrofes naturais.

A evolução das tecnologias para explorar a natureza designou diferentes usos ao espaço, como os abrigos para os animais e as terras dedicadas à agricultura.

Na medida em que as sociedades se centralizavam politicamente, os imóveis seguiam essa evolução. É o caso dos castelos que, cercados por suas muralhas, serviam de refúgio à todos em caso de guerra. Surge, então, uma organização política e social do espaço.

A diversidade social foi um dos conceitos enfatizados pela promoção imobiliária francesa do século XIX. Os edifícios eram construídos em cinco andares, sendo o primeiro reservado ao comércio e a ascensão de cada nível representando uma descida de classe social. Esses edifícios reagrupam e hierarquizam as classes sociais.

A Revolução Industrial estimula o crescimento das cidades e os modos de habitar sofrem uma forte mudança. As casas e imóveis urbanos são, em sua maioria, destinados à unidade familiar restrita (pais e filhos) e construídos de forma à valorizar a produção industrial, ou seja, o controle dos trabalhadores. O habitat multi-geracional ou comunitário familiar das zonas rurais não é reproduzido nas cidades, remodelando totalmente os modos de habitar.

É no contexto de crise econômica dos anos 20 e em oposição à indústria do habitat que as primeiras operações de habitats comunitários contemporâneos surgem na Europa, com os “Baugemeinschaften” na Alemanha et a “auto-construção popular” na França. Os desastres ocasionados pelas duas grandes guerras e o déficit de alojamentos na França foram as principais causas do movimentos dos “Castors”, no qual os projetos eram, em sua maioria, realizados pela classe operária. Muitas vezes, os projetos ultrapassam a auto-construção e alcançam espaços de vida e compartilhamento, dando uma nova direção aos projetos urbanos: a participação cidadã em seu habitat (PARASOTE, 2011).

Por sua vez, o modernismo repensou a promoção imobiliária de “máquinas à habitar” e promoveu a diversidade social pela integração de diferentes tipologias de alojamentos em um mesmo edifício. Além disso, as reflexões instigadas pela Carta de Atenas propõe o

habitante como peça atuante de sua vizinhança e o edifício como um “sistema comunitário vivo a diferentes escalas”. Apesar do aspecto inovador dos projetos modernistas, a adaptação ao contexto social local não era sempre alcançada, e a mistura de classes sociais muito superficial. Os alojamentos, diferentes em forma e tamanho, não são associados por equipamentos comuns, restando unidades dissociadas e limitando os reencontros.

São os eventos de Maio de 68 que provocam, na França, a criação do Movimento pelo Habitat Comunitário Auto-gerado (MHGA) em 1977, chamado hoje de “Eco-Habitat-Groupé”. Com um efetivo de 100 imóveis construídos, a associação promove principalmente a auto-gestão, mas também a auto-administração, auto-concepção e autopromoção. Porém, como as manifestações que a impulsionaram, o movimento se enfraquece e poucos projetos são realizados durante os 20 que seguiram.

Nos anos 2000 tem-se um recomeço destas práticas, mesmo que estas não estejam marcadas por fortes ideologias políticas, mas reivindicam, segundo Parasote (2011), o bem-estar da família para que esta possa se reestruturar. No contexto atual, o aspecto ideológico sustenta as causas ecológicas e sociais e instiga o habitat comunitário à procura do desenvolvimento sustentável na escala local.

Hoje, o habitat comunitário participativo continua se apresentando neste modelo, sendo presente principalmente em países como a Alemanha, a Bélgica, a França, além de outros da Europa do norte.

Segundo Parasote (2011), podemos distinguir três grandes famílias de promoção de habitat comunitário, que se diferenciam pelo nível de participação dos habitantes:

- Promoção clássica: realizado por um promotor imobiliário privado ou público. Os futuros habitantes podem estar associados desde a fase de concepção, porém os eixos maiores são definidos pela promotor.
- Realizado por delegação a um promotor: os futuros habitantes estão na origem do projeto. A sua realização é delegada pelo grupo a um profissional externo, que assume a promoção e os riscos.
- Autopromoção: o grupo é o promotor de seu habitat, ou seja, ele é o único ator do projeto, definindo-o por cartas e contratos de objetivos. Ele pode optar por realizá-lo com ou sem a assistência de profissionais, com ou sem delegação parcial a um promotor em função da aptidão de seus próprios membros.

A terceira forma de montagem é a mais complexa e tem potencial para se tornar ainda mais autônoma levando-se em conta a auto-construção e a auto-gestão.

Nesse contexto, três conceitos complementares se fazem presentes: o habitat comunitário - projeto de vida coletivo -, o habitat participativo - método de elaboração ou gestão - e a autopromoção - a montagem construtiva (PARASOTE, 2011).

Devido à complexidade da construção na cidade, a autopromoção se utiliza de diversas montagens tradicionais para que os projetos possam ser realizados.

Parasote (2011) apresenta os sete principais critérios que determinam o habitat comunitário:

- Localização: define todos os outros critérios do habitat.

- Número de habitantes: define a complexidade do projeto - quanto mais pessoas, mais complexo. Para grandes projetos propõe-se uma divisão em subgrupos unidos por uma entidade global.
- Dimensão social: diz respeito ao conteúdo e à diversidade social do projeto, que pode apresentar características de inserção social além de explorar a diversidade no nível geracional, profissional, etc.
- Conteúdo ideológico: pode variar da simples vontade de montar um ambiente de vida comum até a difusão de novos ideais e quebra de paradigmas. Engloba a totalidade de características políticas, sociais, ambientais, econômicas, etc.
- Montagem jurídica: consiste na montagem jurídica do empreendimento, refletindo no tipo de título de propriedade de cada habitante.
- Espaços e equipamentos comuns: são o aspecto central do projeto de vida coletivo, visto que mutualiza os meios e permitem as trocas de experiências.
- Participação dos habitantes: intimamente ligada à família de promoção do habitat.

As práticas mais autônomas de construção vem ganhando cada vez mais popularidade na medida em que os problemas gerados pela uniformização dos meios de produção se tornam mais evidentes. Sendo assim, a autopromoção atrai aqueles que buscam viver na cidade em um ambiente que valorize as relações humanas, permitindo ainda a personalização do habitat, adequação do orçamento e, muitas vezes, a diminuição dos custos de construção.

Quando as autoridades administrativas incorporam as práticas de autopromoção, os benefícios se multiplicam. Na França, os projetos englobam em geral somente uma dezena de alojamentos, mas em outros países europeus, por serem incentivados pelo poder público local, eles atingem até a escala do bairro. Reagrupando as três famílias de promoção, as cidades chegam a medir impactos positivos sobre a qualidade da promoção privada e vantagens para os promotores públicos, como o desenvolvimento de uma relação mais íntima com a comunidade conduzindo a uma menor rejeição aos alojamentos.

Algumas cidades na Europa utilizaram a autopromoção como uma “ferramenta de planejamento”. Parasote (2011) distingue duas percepções, uma na escala do bairro, atingindo a concepção urbana participativa, e outra na escala da cidade, utilizando-a como modo de construção pertinente e submetido a um plano de urbanismo aplicado. Com esta ferramenta, as autoridades locais oferecem aos habitantes os meios para que eles possam recuperar o seu Direito à Cidade. Estas operações propõe “bairros de curta-distância” para gerar uma “intensidade urbana”. Visto que os pequenos comerciantes são estimulados, essas cidades criam uma economia dinâmica ao nível local. Além disso, elas apresentam um conteúdo arquitetural único e um sistema de transporte eficaz e ecológico – por exemplo, redes de transporte que propõe a bicicleta como transporte principal dentro do bairro.

2.3.2 Urbanismo participativo

Derivado das mesmas necessidades que criaram a arquitetura participativa, o urbanismo participativo teve início na segunda metade da década de 90 quando grupos de arquitetos-

urbanistas propuseram utilizar as reivindicações dos usuários do espaço como questões primordiais para o planejamento urbano. Acompanhados de equipes de profissionais, a população, o setor privado, as associações e os organismos administrativos locais buscam um consenso para guiar o desenvolvimento do território. Os experimentos, realizados na Grã-Bretanha e pilotados pelo arquiteto-urbanista Nick Wates, deram origem a um método, chamado “Community Planning”, que coloca em primeiro plano a busca pelo bem-estar, instigando os atores locais a compartilharem os sonhos, problemas e possíveis soluções as quais eles se deparam em seu cotidiano. Assim, um plano de ação definido a partir deste método tem mais chances de satisfazer os usuários em geral, sendo mais provável que este responda às necessidades locais.

Entretanto, devemos distinguir duas práticas utilizadas para o planejamento urbano: a consulta e a participação. A primeira consiste na busca pela aprovação de um determinado projeto já desenvolvido, enquanto a segunda busca uma formulação conjunta com a população desde as etapas de concepção. Para aumentar as chances de sucesso das políticas urbanas, é fundamental que se estimule a participação com a criação de reuniões e ateliês, levando o debate do urbanismo à vida cotidiana.

Ao contrário das políticas urbanas vigentes no Rio de Janeiro, o “Community Planning” busca a participação, e algumas comunidades europeias usam o método como ferramenta para um planejamento urbano que favorece o desenvolvimento local.

O livro de Nick Wates, “The Community Planning Event Manual” (2008), propõe uma abordagem baseada em cinco dias de ateliês. Em geral, eles são organizados entorno dos finais de semana para estimular a participação, mas o método e suas ferramentas devem sempre ser adequados ao contexto local.

Esta ferramenta foi explorada nos Estados-Unidos e na Europa nas últimas três décadas, e mais de 150 eventos foram realizados. Esses reencontros foram caracterizados pelas sessões de trabalho intensivas, conduzidas por profissionais que buscavam uma abordagem extensiva envolvendo o máximo de dimensões locais e pelo caráter pluridisciplinar das questões abordadas.

O método busca resolver problemas relacionados ao desenvolvimento das cidades, às estratégias de renovação, reconversão ou de desenvolvimento sustentável, à mobilidade urbana, à integração de novos projetos ao tecido urbano e à participação dos cidadãos no desenvolvimento urbano. Dentre os objetivos está a criação de uma plataforma de debate aberta a todos para a compreensão sistêmica dos problemas, propondo soluções que respeitem o contexto socioeconômico local.

Em 2001, a Grã-Bretanha oficializou as práticas de urbanismo participativo como abordagem principal de sua nova política urbana de planificação e, com isso, muitas ferramentas inovadoras têm surgido. É o exemplo da organização “Village SOS”, que financia projetos de desenvolvimento local em cidades rurais de até 3 mil habitantes utilizando os fundos da loteria nacional, a “National Lottery”.

3 Conclusão - A Vila Residencial da UFRJ

Buscamos explorar neste artigo os motivos pelos quais as práticas em arquitetura e urbanismo participativos devem ser incentivadas para evitar as injustiças sociais impostas

pelas políticas urbanas tradicionais.

Nesse sentido, a Vila Residencial da UFRJ, que acaba de sofrer um processo de reurbanização estimado em 17 milhões de reais e que promove a regularização fundiária dos habitantes, se apresenta como um caso de estudo das tradicionais políticas urbanas que não levam em consideração o aspecto frágil destas áreas, gerando fortes pressões socioeconômicas.

O projeto realizado a partir de 2011, aumentou o bem-estar urbano da população mas também causou forte valorização do solo e das edificações, atraindo a atenção de um outro público, processo que pode acarretar em uma mudança de população. Por exemplo, o crescimento do número de estudantes se instalando na Vila deve ser debatido, assim como a tendência de valorização dentro da lógica especulatória do mercado.

Levando em conta as atuais modificações na Vila: Como proteger um território ameaçado pela organização de uma cidade capitalizada? Como trazer o cotidiano urbano à debate, fortalecendo o Direito à Cidade? Como as ferramentas e conceitos apresentados nesse artigo podem ser aplicados?

Este artigo reforça uma base teórica para que estas questões possam ser respondidas na prática.

4 Bibliografia

HARVEY, D.; *Le capitalisme contre le droit à la ville*, Editions Amsterdam, Paris, 2011.

LEFEBVRE, H.; *Le Droit à la ville.*, Anthropos (2e ed.) Editions du Seuil, Paris, 1968.

PARASOTE, B.; *Autopromotion, habitat groupé, écologie et liens sociaux - Comment construire collectivement un immeuble en ville ?.*, Éditions Yves Michel, 2011.

HAUPTMANN, É., WATES, N.; *Concertation citoyenne en urbanisme – La méthode du Community Planning.*, (1a edição - WATES, 2008) Éditions Adels et Yves Michel, 2010.

SACHS, I.; *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.*, Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

DIAS, T., F.; *Agricultura Convencional e Agricultura Ecológica: um debate sobre a sustentabilidade de um novo sistema agrícola.*, Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia (SEGeT), 2006.

THEURILLAT, T.; *La ville négociée : entre financiarisation et durabilité.*, Groupe de recherche en Economie territoriale (GRET), 2011.

DENIS, J.; *Favelas pacificadas para a nova burguesia brasileira.*, Le Monde Diplomatique, 2013.

CASSOL, D.; *Des manifestations pour "pouvoir vivre en ville".*, Courrier Internationale, 2013.